

APÊNDICE F

PROCEDIMENTO PADRÃO DE EXPLORAÇÃO DE POLIDUTOS

Concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”).

EDITAL DE CONCESSÃO N.º [●]/2018

1. Sumário

1. Sumário 2

2. Lista de Figuras..... 3

3. Introdução 4

4. Definição 5

5. Especificações..... 7

 5.1 Projeto..... 7

6. Normas e Legislações 11

2. Lista de Figuras

Figura 1 - Esquema Ilustrativo - Exploração de Dutos	6
--	---

3. Introdução

O presente APÊNDICE objetiva instruir os interessados na implantação de polidutos (oleodutos, gasodutos, tubulações diversas, etc.) na faixa de domínio do trecho objeto deste EDITAL. Esse APÊNDICE apresenta a documentação técnica e exigências mínimas necessárias a serem observadas quando da implantação dos polidutos, enquanto a Instrução de Serviço nº 7 do DNIT apresenta as especificações técnicas.

O presente APÊNDICE é dividido nas seguintes seções:

Introdução: apresenta o objetivo da utilização deste APÊNDICE;

Definição: caracteriza os conceitos utilizados para efeitos de uso do APÊNDICE;

Especificações: composto por uma seção, cujo objetivo é detalhar o uso do fim a que se destina esse APÊNDICE;

Normas e Legislações: apresenta as normas e legislações que regem o serviço a ser explorado.

4. Definição

Para fins de utilização do APÊNDICE, devem ser aplicadas as seguintes definições:

Faixa de Domínio:

Define-se como “Faixas de Domínio” a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, com limites definidos conforme Projeto Executivo da rodovia.

Conforme o Art. 50 do Código de Trânsito Brasileiro, o uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Ocupação da Faixa de Domínio:

Uso longitudinal, transversal ou pontual das faixas de domínio por qualquer meio.

Ocupação Longitudinal: qualquer tipo de instalação ou obra, implantada ao longo das faixas de domínio das rodovias federais.

Ocupação Pontual: qualquer tipo de instalação ou obra, implantada em um ponto localizado nas faixas de domínio das rodovias federais ou em outros bens públicos.

Ocupação Transversal (travessia): qualquer tipo de instalação ou obra que atravessa as rodovias federais.

Adutora:

Uma adutora é uma estrutura que faz parte da **rede de abastecimento de água**, tem o objetivo de transportar água que esteja em um reservatório até ao local onde vai ocorrer o seu tratamento. Também pode fazer o transporte da água entre dois reservatórios, que vão abastecer um determinado lugar.

Sistema de Esgotamento Sanitário:

É o conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar somente o esgoto sanitário a uma disposição final conveniente, de modo contínuo e higienicamente seguro.

Oleodutos:

É o meio pelo qual produtos transportados são, em sua grande maioria derivados do petróleo como óleo combustível, gasolina, diesel, álcool, GLP, querosene, nafta e outros.

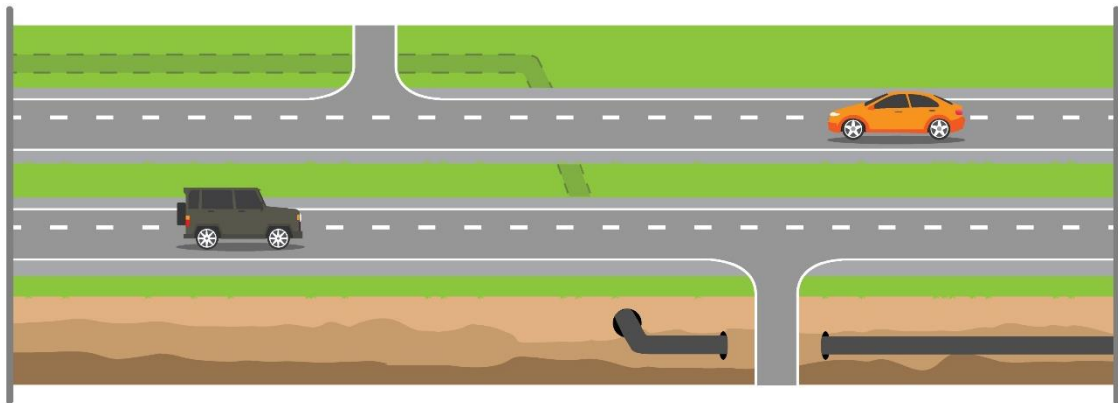
Minerodutos:

Empregado no transporte de produtos como sal-gema, minério de ferro e concentrado fosfático.

Gasodutos:

Empregado no transporte de gás natural.

Figura 1 - Esquema Ilustrativo - Exploração de Dutos



5. Especificações

5.1 Projeto

O projeto para implantação de poldutos deverá ser devidamente assinado por engenheiro registrado no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREA):

- 5.1.1 Limites das faixas de domínio e área “non aedificandi”, cotados em relação ao eixo da via de transporte, acompanhados de memorial descritivo, e se necessário justificado.
- 5.1.2 Projeto deve ser realizado sobre levantamento planialtimétrico cadastral da faixa de domínio.
- 5.1.3 Levantamento das linhas de serviço público já existente (água, esgoto, energia elétrica, telefonia, etc.), bem como verificar o posicionamento de suas estruturas de sustentação e demais edificações localizadas na faixa de domínio que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra.
- 5.1.4 Cronograma de execução dos serviços considerando possíveis interferências com o tráfego normal da via e com a infraestrutura no local ou bens públicos.
- 5.1.5 Apresentação de todas as licenças necessárias à realização das obras e operação das instalações, expedidas por órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Incluem-se aqui as licenças ambientais pertinentes.
- 5.1.6 Apresentação da cópia do ART, emitida por profissional inscrito no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA/ CREA), para identificação do responsável pela instalação serviços a serem executados.
- 5.1.7 Projeto de Sinalização da obra, de acordo com os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do DENATRAN e quando for o caso, Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738.
- 5.1.8 Para qualquer execução de serviços na faixa de domínio da rodovia, o interessado deverá dispor de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) adequados para seus funcionários, conforme a Norma Regulamentadora 6 – NR 6 do Ministério do Trabalho e suas atualizações e outras legislações vigentes.

5.1.9 Deverá ser realizada análise de segurança viária no trecho de implantação a qual deverá considerar o histórico de acidentes registrados pela Polícia Rodoviária Federal ou outro órgão competente, de forma a identificar o impacto da implantação do serviço no número de acidentes no trecho. A partir desta análise, deverão ser propostas contramedidas de segurança de forma a eliminar, ou minimizar, a probabilidade de ocorrência de acidentes ou a redução da sua severidade devido à implantação do serviço. Essas contramedidas serão avaliadas e estarão sujeitas a aprovação da CONCESSIONÁRIA. Referências nacionais e internacionais deverão ser utilizadas para a proposição das contramedidas, tais como as publicações do DNIT, do FHWA (Federal Highway Administration), iRAP (International Road Assessment Programme), Norma NBR 15486 ABNT, dentre outras. Dentre as contramedidas a serem consideradas, destacam-se as seguintes, mas não se limitando a:

- i. As estruturas de postes, suportes e quaisquer outros elementos físicos similares deverão ser instaladas a uma distância convenientemente segura das bordas dos passeios, dos meios-fios ou das pistas de rolamento;
- ii. Instalação de defensas metálicas, semi-maleáveis, simples ou duplas, ou outro dispositivo de contenção viária de acordo com as Normas NBR 6970 e 6971 da ABNT;
- iii. Instalação de barreiras de concreto a depender da situação;
- iv. Instalação de sonorizadores/vibradores no acostamento a depender da situação, dentre outras contramedidas a serem aplicadas.

5.1.10 Planta amarrada a marcos quilométricos¹ no início e no fim da ocupação longitudinal e/ou, no local da ocupação transversal, desenhada da esquerda para direita, no sentido crescente da quilometragem, nas escalas de 1:1000 ou 1:500, na qual constem:

- i. A projeção da linha aérea ou subterrânea e das estruturas de sustentação;
- ii. As linhas de borda da pista de rolamento (cheias), e da plataforma da estrada ou rodovia (tracejadas);
- iii. As obras, de qualquer tipo, existentes na área representada na planta, inclusive e especialmente outras linhas físicas aéreas ou subterrâneas.

5.1.11 Seções transversais.

¹ Na ausência de marcos quilométricos, deve-se aplicar como referencial uma das extremidades ou municípios que encerram o trecho para demarcação do km, utilizando o odômetro.

- 5.1.12 Desenho de perfis, das linhas físicas subterrâneas, do terreno, ao longo das linhas, no caso de ocupação longitudinal, e entre os pontos de intersecção da sua projeção horizontal com as linhas que limitam as faixas não edificáveis, em caso de ocupação transversal, nas escalas horizontal de 1:1000 ou 1:500 e vertical de 1:100 ou 1:50, do qual conste, explicitamente, a distância mínima, expressa em metros, do ponto mais baixo da linha ao terreno.
- 5.1.13 Detalhes necessários na escala de 1:20.
- 5.1.14 Detalhe de outras obras de qualquer tipo existentes na área abrangida pela obra.
- 5.1.15 Detalhe típico da vala, indicando as dimensões e inclinações das paredes da cava destinadas à instalação da tubulação.
- 5.1.16 Detalhes das estradas de serviço, relocações das interferências, área de deposição dos materiais escavados e de todos os recursos necessários para a implantação das obras projetadas.
- 5.1.17 Memorial descritivo com os elementos necessários à compreensão do projeto, bem como, o tipo de material a ser utilizado, os procedimentos e controles para a abertura e aterro da vala e, quando for o caso, o tratamento da cicatriz produzida no terreno pelas obras executadas.
- 5.1.18 Deverá, obrigatoriamente, ser utilizado método não destrutivo para implantação de dutos nas faixas de domínio quando da sua utilização em ocupações transversais de rodovias federais, em travessias de acessos, em passagens por obras de arte especiais (OAE) ou quando da presença de outras ocupações nas faixas de domínio.
- 5.1.19 Sempre que possível, para as travessias da rodovia, os dutos devem ser instalados dentro de bueiros, galerias ou utilizar método de encamisamento de forma a evitar que na ocorrência de vazamentos o corpo estradal não seja comprometido.
- 5.1.20 O projeto, além de constar os itens apresentados acima deverá conter:
- Diâmetro das tubulações;
 - Tipo de tubulação (material);
 - Tipo de rede.
- 5.1.21 Cadastramento de todas as propriedades atravessadas pela tubulação, indicando nomes do proprietário e do imóvel, município, código da rodovia de acesso, trecho, marco

quilométrico de referências e quaisquer outras informações que facilitem a identificação do local, para controle da CONCESSIONÁRIA sobre novos traçados rodoviários.

- 5.1.22 Quando se tratar de polidutos, gasodutos, oleodutos e produtos inflamáveis e perigosos, apresentar um estudo acompanhado de laudo técnico, elaborado e emitido por entidade reconhecida e competente, comprovando que a ocupação pretendida não acarretará perigo e desconforto aos usuários das vias, bem como ao meio ambiente e à população lindeira. Deverá apresentar, também, o Termo de Responsabilidade Civil e Criminal.

Para a apresentação do projeto, deverão ser consideradas as seguintes definições:

- i. A apresentação do projeto deverá ser em 03 (Três) vias, contendo o nome, assinatura, qualificação e o número do CREA do profissional responsável técnico;
- ii. As plantas do projeto deverão ser confeccionadas, necessariamente, em folhas no formato A-3 ou A-1, devendo apresentar na folha de rosto um espaço para anotação da decisão da CONCESSIONÁRIA, com dimensões de 10 x 16,5cm (maior largura na horizontal);
- iii. Os projetos e seus complementos deverão ser assinados pelo responsável técnico, com seus respectivos números de CREA e ART, conforme resolução nº 257, de 19/09/78, do CONFEA, ou posteriores alterações;
- iv. De acordo com o porte do empreendimento, para a execução das obras, deverá ser apresentado o Engenheiro de Segurança responsável pelo acompanhamento de todos os serviços e ART;
- v. O projeto e documentação também deverão ser entregues em mídia eletrônica, gravados nos formatos PDF e dwg (Cad.);
- vi. Caso haja algum ajuste durante a implantação, de comum acordo com a Unidade Local que fiscalizará a implantação, deverá ser apresentado o “As Built”. As alterações deverão ser previamente submetidas à CONCESSIONÁRIA para sua avaliação e autorização;
- vii. Se, durante a vigência do cadastramento, algum dos profissionais referidos nos itens anteriores for substituído, deverá o interessado providenciar o envio para a CONCESSIONÁRIA da cópia do registro do novo profissional, junto ao respectivo órgão citado no mesmo inciso.

- 5.1.23 Para a implantação dos dutos deverá ser seguida a Instruções de Serviço do DNIT nº 7 para o detalhamento técnico.

6. Normas e Legislações

Para a exploração dos serviços de energia elétrica e renovável nas faixas de domínio, serão consideradas as seguintes normas e legislações, tais como, mas não se restringindo a:

6.1 Lei Federal nº 9.503 de 23/09/97 (Código de Trânsito Brasileiro)

Rege o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação.

6.2 Lei Federal nº 6.766 de 19/12/1979

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

6.3 Decreto Federal nº 84.398 de 16/01/80

Dispõe sobre ocupação de faixas de domínio de rodovias e de terrenos de domínio público e a travessia de hidrovias, rodovias e ferrovias, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.

6.4 Decreto Federal nº 84.359/82 (altera o Decreto nº 84.398).

6.5 Lei Federal nº 6.938 de 31/08/1981 alterada pela Lei Federal nº 7.804 de 18/07/1989

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

6.6 Lei Federal nº 7.347 de 24/07/1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.

6.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988.

6.8 Lei Federal nº 7.754 de 14/04/1989

Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.

6.9 Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93

Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6.10 Lei Federal nº 9.605 de 12/02/1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

6.11 Lei Federal nº 9.984 de 17/07/2000

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

6.12 Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

6.13 Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

6.14 Resolução nº 273 de 29 de novembro de 2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

6.15 Resolução nº 257, de 19/09/78, do CONFEA

6.16 Regulamento Técnico ANP nº2/2011

Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural - estabelece os requisitos essenciais e os mínimos padrões de segurança operacional para os Dutos Terrestres (Oleodutos e Gasodutos), por ele abrangidos, visando à proteção do público em geral e da força de trabalho da companhia operadora, bem como a proteção das instalações e do meio ambiente.

6.17 Norma Brasileira NBR 9.648 ABNT

Esta Norma fixa as condições exigíveis no estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário do tipo separador, com amplitude suficiente para permitir o desenvolvimento do projeto de todas ou qualquer das partes para que o constituem, observada a regulamentação específica

das entidades responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do sistema de esgoto sanitário.

6.18 Norma Brasileira NBR 17.505 ABNT- Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis

6.19 Norma Brasileira NBR 15.216 ABNT - Armazenamento de combustíveis — Controle da qualidade no armazenamento, transporte e abastecimento de combustíveis de aviação

6.20 Norma Brasileira NBR 15.186 ABNT - Base de armazenamento, envasamento e distribuição de GLP - Projeto e construção

6.21 Norma Brasileira NBR 7.821 ABNT - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis – Tanques soldados para armazenamento de petróleo, derivados e líquidos em geral

6.22 Norma Brasileira 15.280 ABNT – Dutos Terrestres Parte 1 – Projeto; Parte 2 – Construção e Montagem

6.23 Norma Brasileira NBR 15.216 ABNT - Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Controle da qualidade no armazenamento, transporte e abastecimento de combustíveis de aviação.

6.24 Manual de Procedimentos para Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

6.25 Manual de Ordem de Embargo e Notificação de Ocupação de Faixa de Domínio - DNIT

6.26 Manual de Ordenamento do Uso do Solo nas Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais – IPR 712

6.27 Manual de Drenagem de Rodovias – Publicação IPR 724

6.28 Manual de Pavimentação –Publicação IPR 719

6.29 Manual de Sinalização de Obra e Emergência – Publicação IPR 728

6.30 Instrução de Serviço nº 6 do DNIT (linhas de transmissão ou redes de distribuição de energia elétrica).

6.31 Instrução de Serviço nº 7 do DNIT (adutoras, tubulação de gás, oleodutos, esgotos e similares).

6.32 Instrução de Serviço nº 8 do DNIT (cabos de telecomunicações).

6.33 Instrução de Serviço nº 3/2006

Complementa as normas e instruções constantes no Manual de Ordem de Embargo e Notificação de Ocupação de Faixa de Domínio.

6.34 Especificações de Serviço do DNER

6.35 Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito - DENATRAN